

EDITORA



**UnB**

**Wivian Weller e Ricardo Gauche (Org.)**

# **ENSINO MÉDIO EM DEBATE**

**CURRÍCULO, AVALIAÇÃO E  
FORMAÇÃO INTEGRAL**

**ENSINO  
MÉDIO  
EM DEBATE**

**CURRÍCULO, AVALIAÇÃO E  
FORMAÇÃO INTEGRAL**



**Universidade de Brasília**

**Reitora** : Márcia Abrahão Moura  
**Vice-Reitor** : Enrique Huelva

EDITORA



**UnB**

**Diretora** : Germana Henriques Pereira

**Conselho editorial** : Germana Henriques Pereira  
: Fernando César Lima Leite  
: Estevão Chaves de Rezende Martins  
: Beatriz Vargas Ramos Gonçalves de Rezende  
: Jorge Madeira Nogueira  
: Lourdes Maria Bandeira  
: Carlos José Souza de Alvarenga  
: Sérgio Antônio Andrade de Freitas  
: Verônica Moreira Amado  
: Rita de Cássia de Almeida Castro  
: Rafael Sanzio Araújo dos Anjos

EDITORA



UnB

Wivian Weller e Ricardo Gauche (Org.)

# **ENSINO MÉDIO EM DEBATE**

**CURRÍCULO, AVALIAÇÃO E  
FORMAÇÃO INTEGRAL**

	<b>Equipe editorial</b>
<b>Coordenador de produção editorial</b>	Percio Sávio Romualdo da Silva
<b>Preparação e revisão</b>	Denise Pimenta de Oliveira
<b>Diagramação e Capa</b>	Wladimir de Andrade Oliveira
	<i>Copyright</i> © 2016 by Editora Universidade de Brasília
	Direitos exclusivos para esta edição: Editora Universidade de Brasília SCS, quadra 2, bloco C, nº 78, edifício OK, 2º andar, CEP 70302-907, Brasília, DF Telefone: (61) 3035-4200 Site: www.editora.unb.br E-mail: contatoeditora@unb.br
	Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização por escrito da Editora.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília

---

E59            **Ensino Médio em debate : currículo, avaliação e formação integral / Wivian Weller e Ricardo Gauche, [organizadores]. - Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2017.**  
 284 p. ; 21 cm.

ISBN 978-85-230-1201-4.

1. Ensino Médio – Avaliação. 2. Ensino Médio – Currículo.  
 3. Formação de professores. I. Weller, Wivian (org.). II.  
 Gauche, Ricardo (org.).

CDU 373.5

# SUMÁRIO

## **Introdução...7**

*Wivian Weller, Cássio Costa Laranjeiras, Maria Helena Silva Carneiro  
e Ricardo Gauche*

## **PARTE I: DIRETRIZES CURRICULARES PARA O ENSINO MÉDIO**

### **Capítulo 1. Por um currículo sem fundamentos...25**

*Alice Casimiro Lopes*

### **Capítulo 2. Currículo do ensino médio: um recorte da atual rede pública de ensino do Distrito Federal...57**

*Lívia Freitas Fonseca Borges e Francisco Thiago Silva*

### **Capítulo 3. A avaliação formativa como estratégia de luta em prol da qualidade social da escola de ensino médio...95**

*Mara Regina Lemes de Sordi e Geisa do Socorro Cavalcanti Vaz Mendes*

## **PARTE II: ÁREAS DE CONHECIMENTO E POSSIBILIDADES DE INTEGRAÇÃO CURRICULAR**

### **Capítulo 4. Língua e linguagem: atravessando fronteiras do currículo...119**

*Maria Luiza Monteiro Sales Corôa*

**Capítulo 5. Currículo integrado voltado à formação humana integral no ensino médio: reflexões sobre o papel da Matemática...135**

*Iole de Freitas Druck*

**Capítulo 6. Diálogos entre a formação integral e a Alfabetização Científica no ensino médio...167**

*Martha Marandino e Daniela Lopes Scarpa*

**Capítulo 7. Reinventando a sala de aula de Matemática...201**

*Marcelo de Carvalho Borba, Hannah Dora Garcia*

*Lacerda e Nilton Silveira Domingues*

**Capítulo 8. As Ciências da Natureza na convergência de uma formação integral no ensino médio...239**

*Cássio Costa Laranjeiras*

**Capítulo 9. Ser professor(a) de Matemática na Educação de Jovens e Adultos: refletindo sobre o ensino médio...261**

*Dione Lucchesi de Carvalho*

**SOBRE OS AUTORES...277**

# INTRODUÇÃO

*Wivian Weller*

*Cássio Costa Laranjeiras*

*Maria Helena Silva Carneiro*

*Ricardo Gauche*

Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), o ensino médio passou a constituir-se como etapa final da educação básica, que compreende a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio. Sua finalidade, de acordo com o art. 35 da LDB, consiste no aprofundamento dos conhecimentos adquiridos anteriormente por meio da continuação dos estudos, na preparação para o trabalho e a cidadania, no aprimoramento da pessoa humana com ênfase para a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico, bem como na compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos, relacionando a teoria com a prática no ensino de cada disciplina. Posteriormente, foram elaborados as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio – DCNEM (1998) e os Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino médio (os PCN, em 1999 e, em 2002, os PCN+).

Em um exercício de Análise de Discurso Crítica (ADC), Barbosa (2009) toma como objeto de pesquisa os trechos referentes ao ensino médio na LDB/1996 e nas DCNEM/1998, apontando que,



[...] muito embora ambas as normas também tenham seus discursos inspirados ou referenciados em ideais semelhantes aos defendidos nos discursos sociológicos e educacionais selecionados, foi encontrada forte presença de um terceiro discurso, cuja identidade esteve marcada pelo contexto da economia mundial dominante no período de elaboração dessas duas normas, os anos de 1990. (BARBOSA, 2009, p. 112-113).

Considerando as mudanças demográficas, econômicas e políticas ocorridas após a virada do milênio, “argumentos utilizados como justificativa do discurso normativo talvez já não se coadune[m] com a essência da geração de jovens que se encontram às portas do ensino médio” (BARBOSA, 2009, p. 114) desde a implementação da LDB e das DCNEM em todo o país. Nesse sentido, no ano de 2009, por meio da Emenda Constitucional nº 59/2009, que definiu nova redação aos incisos I e VII do artigo 208 da Constituição Federal, a educação básica obrigatória e gratuita foi ampliada dos quatro aos 17 anos de idade, com oferta gratuita também para jovens, adultos e idosos que não tiveram acesso a essa etapa na idade própria. No ano seguinte, por meio da Resolução CNE/CEB nº 4/2010, foram aprovadas novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica. Em 2012, após diversas audiências públicas e cerca de três anos de discussão (cf. SILVA, 2012), a educação brasileira passou a contar com novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio – DCNEM (Resolução CNE/CEB nº 2/2012), que

conceituam, de maneira mais detalhada e aprofundada, em que consiste a formação humana integral a que os estudantes dessa fase de escolaridade têm direito e detalham os princípios básicos que devem nortear o estabelecimento de currículos adequados à promoção de tal formação. Diante desta meta formativa, uma das questões apontada nas DCNEM é a inconveniência da fragmentação das grades curriculares tradicionais do ensino médio em 12 ou 13 disciplinas estanques. (DRUCK, capítulo 5, nesta obra).

Os art. 7º e 8º da DCNEM definem as quatro áreas de conhecimento – Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas –, bem como a organização curricular do ensino médio, que deve ser composta por uma base nacional comum e uma parte diversificada, garantindo “tanto conhecimentos e saberes comuns necessários a todos os estudantes quanto uma formação que considere a diversidade e as características locais e especificidades regionais”. No entanto, articular diferentes conhecimentos e saberes de forma a constituir um “todo integrado” requer, dentre outras coisas, preparação do corpo docente, disposição para o trabalho em equipe e condições reais de efetivação. De acordo com Druck:

Um currículo integrado – e integrador – só pode acontecer se cada educador da escola estiver convicto não apenas da sua relevância para a formação dos jovens, mas também das reais condições da equipe e de cada um em particular para a condução das ações que venham a ser planejadas.

E não esqueçamos que a função primordial de um currículo não é a de conduzir as atividades de ensino, mas sim a de propor os caminhos que melhor possibilitem o aprendizado dos estudantes na direção da formação humana integral pretendida. (capítulo 5, nesta obra).

Com o objetivo de fomentar o debate sobre as DCNEM e de incentivar a formação integral nas escolas brasileiras de ensino médio, bem como de promover e valorizar a formação continuada de seus professores, o governo federal, por meio da Portaria nº 1.140, de 22 de novembro de 2013, instituiu o Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio (PNEM). Esse programa representa um acordo por meio do qual o Ministério da Educação (MEC) e as Secretarias Estaduais e Distrital de Educação assumem o compromisso com a valorização da formação continuada dos professores e coordenadores pedagógicos que atuam no ensino médio público. A formação no âmbito do PNEM articula-se a um conjunto de políticas desenvolvidas pelo MEC e pelas Secretarias Estaduais de Educação com vistas a enfrentar desafios no âmbito do ensino médio, explicitados a seguir:<sup>1</sup>

- universalização do atendimento dos 15 aos 17 anos – até 2016 (Emenda Constitucional 59/2009 e as decorrentes mudanças na LDB) e adequação idade-ano escolar;
- ampliação da jornada para o ensino médio integral;

---

<sup>1</sup> Disponível em: <[http://pactoensinomedio.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1:pacto-pelo-fortalecimento-do-ensino-medio&catid=8&Itemid=101](http://pactoensinomedio.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1:pacto-pelo-fortalecimento-do-ensino-medio&catid=8&Itemid=101)>. Acesso em: 15 ago. 2015.

- redesenho curricular nacional;
- garantia da formação dos professores e demais profissionais da escola;
- carência de professores em disciplinas (Matemática, Física, Química e Inglês) e regiões específicas;
- ampliação e estímulo ao ensino médio diurno;
- ampliação e adequação da rede física escolar;
- ampliação da oferta de educação profissional integrada e concomitante ao ensino médio;
- universalização do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

O PNEM surgiu com o intuito de promover uma ampla reflexão a respeito do ensino médio na perspectiva da formação humana integral e de fortalecer as ações que já vinham sendo desenvolvidas em diversas escolas públicas do país, a exemplo do Programa Ensino Médio Inovador (BRASIL, 2011). Para tanto, foi organizado inicialmente um curso com 200 horas de duração, em duas etapas. Para cada etapa da formação, um conjunto de especialistas elaborou cadernos de estudos sobre os seguintes temas:<sup>2</sup>

### *Etapa I*

Caderno 1 - Ensino médio e formação humana integral

Caderno 2 - O jovem como sujeito do ensino médio

Caderno 3 - O currículo do ensino médio, seus sujeitos e o desafio da formação humana integral

---

<sup>2</sup> Os Cadernos do PNEM estão disponíveis nos seguintes endereços: <<http://www.observatorioensinomedio.ufpr.br/pacto-nacional-pelo-fortalecimento-do-ensino-medio/>>. Acesso em: 1º jun. 2016.

Caderno 4 - Áreas de conhecimento e integração curricular

Caderno 5 - Organização e gestão democrática da escola

Caderno 6 - Avaliação no ensino médio

### *Etapa II*

Caderno 1 - Organização do trabalho pedagógico no ensino médio

Caderno 2 - Ciências Humanas

Caderno 3 - Ciências da Natureza

Caderno 4 - Linguagens

Caderno 5 - Matemática

Em muitos estados brasileiros o PNEM, nos anos 2014 e 2015, representou o único curso de formação continuada ofertado para os professores da rede pública do ensino médio. De acordo com dados do relatório de avaliação da segunda etapa do PNEM,

Os resultados preliminares da efetividade desta política foram coletados no Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle – Simec, e demonstram que a formação do PNEM em nível nacional alcançou um total de 170.919 professores concluintes, o que representa 66,8% do total de professores inscritos no início do curso. O número de professores ingressantes, matriculados no início do curso, foi de 253.600. (MEC; COLONTONIO; SILVA, 2016).

## O PNEM no Distrito Federal

O PNEM-DF resultou de uma parceria entre a Universidade de Brasília (UnB) e a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEDF). O acordo foi firmado em dezembro de 2013 e a formação, contemplando as duas etapas, ocorreu ao longo do ano de 2014. A UnB teve como sua representante e coordenadora geral a professora Wivian Weller e como coordenador adjunto o professor Ricardo Gauche. Os cinco supervisores que integraram a equipe da coordenação ocupavam funções de coordenação na SEDF. Contou-se ainda com o apoio de uma assessora pedagógica, auxiliares administrativos e suporte técnico. A formação dos formadores regionais foi conduzida por 18 professores doutores da UnB. A Escola de Aperfeiçoamento dos profissionais da Educação (Eape) realizou a seleção de 16 formadores regionais que ficaram responsáveis pela formação semanal de 168 orientadores de estudo nas dependências da Eape.

Os grupos que participaram do curso de formação em 107 escolas que oferecem o ensino médio em suas distintas modalidades foram compostos por professores e coordenadores pedagógicos dessas escolas, perfazendo um total de 4.080 inscritos e 3.710 concluintes (taxa de evasão de 9%). Os encontros de formação ocorreram em três espaços: na UnB (formadores regionais), na Eape (orientadores de estudo) e nas 107 escolas (cursistas). Além das aulas presenciais, utilizou-se para realização de atividades complementares o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

No decorrer do ano de 2014 a coordenação do PNEM-DF organizou três seminários presenciais para os 16 formadores regionais e 168 orientadores de estudo, bem como um seminário final para todos

os professores que realizaram o curso. As ações envolveram toda a rede pública de ensino médio e contribuíram para o fortalecimento da formação presencial e continuada no local de trabalho, ou seja, dentro da própria escola no horário destinado às atividades de coordenação coletiva, perfazendo um total de quatro horas de atividades semanais realizadas em grupo, acrescidas de atividades realizadas no ambiente virtual. A atuação do coordenador pedagógico da escola como professor-formador foi fundamental e contribuiu para uma ressignificação do seu papel no interior da escola.

### **Sobre o livro**

Considerando que a compreensão dos sujeitos do processo educativo associada a uma formação humana integral são desafios contemporaneamente postos, tanto para a organização do trabalho pedagógico quanto para um adequado desenho curricular no ensino médio, e visando ampliar o debate em torno desse tema, foram reunidas nesta coletânea reflexões oriundas do III Seminário Distrital Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio, bem como de professores que atuaram na formação dos formadores regionais do PNEM-DF. Embora nem sempre concordantes, as posições – livremente defendidas pelos autores – se encontraram num diálogo aberto e colaborativo, com vistas a um fim comum: a melhoria da qualidade da educação no nível médio.

Os capítulos foram organizados em duas partes. A primeira parte, “Diretrizes curriculares para o ensino médio”, se dedica, em um conjunto de três capítulos, aos estudos de currículo e da avaliação sistêmica *versus* avaliação formativa, com reflexões sobre políticas curriculares

que questionam a proposta de construção de uma base comum ou um conjunto de conteúdos básicos, sobre as dificuldades de efetivação de um currículo integrado e de práticas interdisciplinares no cotidiano escolar e sobre as interferências e mudanças que as avaliações podem provocar na organização curricular.

Em *Por um currículo sem fundamentos* (capítulo 1), Alice Casimiro Lopes apresenta uma reflexão crítica sobre a proposta de Base Nacional Comum Curricular (BNCC), à época ainda em gestação pelo Ministério da Educação. Com base em um enfoque caracterizado pela autora como pós-estrutural e pós-fundacional, demonstra preocupação com concepções curriculares que desconsideram a dimensão do currículo como “negociação que produz discursivamente conhecimento na escola em conexão com tantas outras produções socialmente instituídas”. Nessa direção, seu pensamento se apresenta, como indicado no próprio título do seu texto, como uma defesa de um currículo sem fundamentos comuns e supostamente universais.

No segundo capítulo, intitulado *Currículo Integrado no ensino médio: um recorte da atual rede pública de ensino do Distrito Federal*, os autores Livia Borges e Francisco Thiago Silva apresentam uma reflexão sobre o sentido da formação escolar para o egresso do ensino médio que não tem perspectiva de ingresso na educação superior ou no mundo do trabalho. Um dos questionamentos levantados no texto diz respeito a quais perspectivas justificariam o estudo no ensino médio para essas pessoas. Na sequência desses questionamentos, os autores procuram desvelar em que medida os estudos curriculares podem ajudar a compreender essa problemática, em uma perspectiva de integração curricular que



ultrapasse a mera justaposição que comumente tem sido chamada de currículo integrado no ensino médio.

Mara Regina Lemes de Sordi e Geisa do Socorro Cavalcanti Vaz Mendes discutem, em *A avaliação formativa como estratégia de luta em prol da qualidade social da escola de ensino médio* (capítulo 3), a força indutora das políticas de avaliação e enfatizam a relevância da avaliação formativa no trabalho docente, revelando as contradições, dilemas e desafios em torno desta. Nessa direção, defendem as possibilidades de atuação docente e o lugar estratégico da avaliação como lócus de reafirmação dos valores de uma formação integral.

A segunda parte da coletânea traz capítulos sobre as áreas de conhecimento e possibilidades de integração curricular no cotidiano do ensino médio. Mais especificamente, trata-se de contribuições de um conjunto de especialistas que realizaram análises dos cadernos da segunda etapa do PNEM e apontaram algumas possibilidades de integração curricular na perspectiva da formação humana integral, a partir da proposta do *Currículo em Movimento* implementada no Distrito Federal.<sup>3</sup>

Maria Luiza Monteiro Coroa, no texto *Língua e Linguagem: atravessando fronteiras do currículo* (capítulo 4), apresenta um breve panorama histórico do ensino da Língua Portuguesa no ensino médio, buscando evidenciar que seus objetos de conhecimento e sua lógica de organização colocam em operação compromissos teóricos que têm motivação cultural e histórica.

---

<sup>3</sup> Preponderam nesta parte do livro estudos da área da Matemática e Ciências da Natureza. Tal situação reflete, por um lado, demandas dos professores cursistas do PNEM em relação a essas áreas e, por outro, a impossibilidade de encaminhamento de capítulos por parte de alguns autores que haviam participado dos seminários do PNEM como palestrantes.

Em *Currículo integrado voltado para a formação humana no ensino médio: reflexões sobre o papel da Matemática* (capítulo 5), Iole de Freitas Druck reflete sobre o papel da Matemática em um currículo comprometido com a formação humana integral. Seu texto, além de nos convidar a uma compreensão da dimensão cultural da Matemática, oferece-nos algumas sugestões de atividades que podem ser exploradas por professores no trabalho escolar.

Martha Marandino e Daniela Lopes Scarpa, em *Diálogos entre a formação integral e a Alfabetização Científica na educação básica* (capítulo 6), exploram a articulação entre a alfabetização científica e a formação integral, com vistas à ressignificação das Ciências da Natureza na escola. O caminho apontado tem como fundamento e orientação pedagógica uma abordagem investigativa na sala de aula.

No texto *Reinventando a sala de aula de Matemática* (capítulo 7), Marcelo de Carvalho Borba, Hannah Dora Garcia Lacerda e Nilton Silveira Domingues traçam um panorama histórico sobre as modificações nas práticas pedagógicas e didáticas em diferentes fases do uso de tecnologias na Educação Matemática e destacam possibilidades qualitativas visando o que eles caracterizam como a “reinvenção da sala de aula”.

Cássio C. Laranjeiras, em *As Ciências da Natureza na convergência de uma formação integral no ensino médio*, apresenta-nos uma reflexão acerca do papel formativo das Ciências da Natureza na educação básica, com ênfase no ensino médio. Defendendo a ideia de que a educação científica deve estimular e promover a curiosidade e o espírito de investigação dos estudantes, sua argumentação – de natureza epistemológica – é a de que a prática pedagógica do professor de Ciências deve se caracterizar por um trabalho de criação e coordenação de ambientes e situações de

aprendizagem variados e significativos, em que o processo de iniciação à ciência esteja no núcleo central.

Finalizando a sequência de textos, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e daqueles que não concluíram o ensino médio na idade adequada é abordada por Dione Lucchesi de Carvalho em *Ser professor(a) de Matemática na Educação de Jovens e Adultos (EJA): refletindo sobre o ensino médio* (capítulo 9). Partindo de sua experiência pessoal ao lecionar Matemática na EJA, a autora defende a busca de princípios que deveriam conduzir o trabalho pedagógico nessa modalidade da educação básica, apontando para a necessidade de valorização da experiência dos educandos na condução do processo educativo.

Após a finalização da segunda etapa do PNEM no âmbito do Distrito Federal, novas ações do Ministério da Educação merecem destaque, uma vez que estão diretamente associadas aos objetivos do PNEM. Uma delas diz respeito à Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Doravante, os cursos de formação inicial para o magistério na educação básica em nível superior terão, no mínimo, 3.200 horas de efetivo trabalho acadêmico e oito semestres de duração (art. 13). As novas diretrizes para os cursos de licenciatura também preveem que o “tempo dedicado às dimensões pedagógicas não será inferior à quinta parte da carga horária total” do curso (idem, § 5º, p. 12). A resolução prevê ainda a

oferta de programas permanentes e regulares de formação e aperfeiçoamento profissional do magistério e a instituição de licenças remuneradas e formação em serviço, inclusive em nível de pós-graduação, de modo a atender às especificidades do exercício de suas atividades, bem como os objetivos das diferentes etapas e modalidades da educação básica. (BRASIL, 2015, p. 16).

Destaca-se, portanto, que não faltam motivos para a continuidade do diálogo, convergindo esforços na análise e elaboração de proposições que possam contribuir para o enfrentamento dos desafios que se colocam para a educação básica, sobretudo para o ensino médio.

Por último, destacamos ainda a importância de concebermos a escola de ensino médio também como um espaço de construção de projetos de vida:

O ensino médio é uma etapa de formação não apenas intelectual-cognitiva, mas também um momento de construção de identidades e de pertencimentos a grupos distintos, de elaboração de projetos de vida, ainda que as condições e os percursos dos jovens sejam bastante distintos [...] O trabalho com estudantes do ensino médio deve, portanto, abranger não somente aspectos relativos aos conteúdos considerados necessários para a formação geral ou para a preparação de suas futuras escolhas profissionais. Profissionais da educação, pais e outros agentes precisam desenvolver um olhar atento aos aspectos e situações que refletem sobre a vida dos estudantes, pois estas certamente

terão impacto tanto na elaboração de projetos de vida de curto ou longo prazo como na elaboração de projetos profissionais. (WELLER, 2014, p. 149).

Que os leitores – gestores, professores e estudantes dos cursos de licenciatura, pesquisadores, pais e outros atores – se sintam convidados e estimulados pelos textos reunidos nesta coletânea.

## Referências

BARBOSA, E. F. V. *Políticas públicas para o ensino médio e juventude brasileira*. 2009. 220 f. Dissertação (Mestrado em Educação)–Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Formação de professores do ensino médio. In: SEMINÁRIO DO PACTO NACIONAL PELO FORTALECIMENTO DO ENSINO MÉDIO, 3., 2016, Curitiba. *Caderno de Resumos...* Disponível em: <<http://www.observatoriodoensinomedio.ufpr.br/wp-content/uploads/2014/03/MEC-Resumos-WEB.pdf>>. Acesso em: 1º jun. 2016.

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 2/2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília: 2015. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=17719-res-cne-cp-002-03072015&category\\_slug=julho-2015-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17719-res-cne-cp-002-03072015&category_slug=julho-2015-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em 1º jun. 2016

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. *Resolução CNE/CEB nº 2/2012*. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília: 2012. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=17417&Itemid=866](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17417&Itemid=866)>. Acesso em: 1º jun. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Coordenação Geral do Ensino Médio. *Programa Ensino Médio Inovador*: documento orientador. MEC/SEB: 2011. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=9607-documentoorientador-proemi&category\\_slug=dezembro-2011-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9607-documentoorientador-proemi&category_slug=dezembro-2011-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: 1º jun. 2016.

SILVA, H. M. S. S. *Juventude e debate político no processo de reestruturação do Ensino Médio Brasileiro*. 2013. 216 f. Tese (Doutorado em Educação)–Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

WELLER, W. Jovens no ensino médio: projetos de vida e perspectivas de futuro. In: DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo; MAIA, Carla Linhares (Org.). *Juventude e ensino médio: sujeitos e currículos em diálogo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. p. 135-154.